

Noticiário Geral

MEC admite gatilho para as anuidades

As escolas particulares do 1º e 2º graus conseguiram ontem outra vitória na disputa por reajustes mais altos nas mensalidades escolares. A partir de agora, podem aplicar automaticamente o índice de 20%, correspondente ao gatilho salarial, sobre a semestralidade, sempre que a categoria dos professores for atingida por esse benefício. Esse entendimento é do Ministério da Educação. Ontem se reuniram representante dos conselhos estaduais de Educação, reitores, dirigentes do MEC e representantes das comissões de encargos educacionais para definir a regulamentação do decreto que estabeleceu os índices de reajuste para as escolas.

A reunião foi solicitada ao ministro da Educação pelo presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Rodolfo Pinto da Luz, na semana passada. O chefe de Gabinete do MEC, Oswaldo Della Giustina, que representou o ministro, afirmou ao final da reunião que o "princípio da orientação do MEC é o de que o mecanismo de reajuste das mensalidades escolares é o mesmo que rege o gatilho salarial".

Esse entendimento, de acordo com Della Giustina, tem respaldo no artigo terceiro do decreto número 93.911, que determina: "Na avaliação do comportamento dos preços e encargos educacionais, os conselhos terão por base as diretrizes da política econômica do governo federal". Ele observou que a questão da "cumulatividade dos índices e dos gatilhos" precisa ser examinada pelo MEC, mas adiantou que caberá às comissões de encargos educacionais a homologação desses reajustes automáticos nas mensalidades escolares.

Além da incidência do percentual do gatilho, as escolas particulares de 1º grau podem também encaminhar às comissões pedidos de aumento a título de "correção de defasagem", conforme prevê o artigo sétimo do decreto número 93.911. De acordo com explicações de Della Giustina, a correção automática pelo gatilho não poderá ser considerada como "correção de defasagem".

Os representantes dos conselhos estaduais solicitaram ao final da reunião que o MEC divulgue uma síntese dos assuntos levantados durante o encontro para servir de instrução aos estabelecimentos de ensino do 1º grau.

O protesto dos professores

Hoje é um dia de protesto. Pelo menos para os 180 mil professores da rede particular de ensino, que não aceitam a decisão dos donos de escola de não querer negociar questões salariais com o professorado. Eles reivindicam 100% de reajuste, 20% de aumento real no lugar da reposição salarial, 7,7% de produtividade e mais 20% de hora-atividade, como acontece no magistério oficial. O sindicato patronal, apesar de não ter negociado, já anunciou o reajuste da categoria: 66%. Por isso, os profes-

ses vão hoje, às 15 horas, ao centro da Cidade e fazer uma concentração.

Próximo dali, no Colégio São Bento, os donos de escola estarão reunidos em uma assembléia para discutir uma proposta a ser apresentada amanhã, na primeira mesa-redonda entre patrões e empregados, na Delegacia Regional do Trabalho. Deverão ainda fazer um balanço da situação das escolas, que estão sendo fiscalizadas pela Sunab por ter acatado orientação do sindicato patronal de reajustar as mensalidades em 100,6% e não 35% como determina o governo.